

Consolidação da gramática nacional: uma análise da ocorrência dos sujeitos no contexto mineiro setecentista¹²

Amanda Alves Gomes

Graduanda em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: amanda.jalves@hotmail.com

Jéssica Nayra Sayao de Paula

Graduada em Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: jessicanayra@yahoo.com.br

Juliana de Souza Guimarães

Graduanda em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: julianadsg.lettras@gmail.com

Resumo: Vários estudos mostram que a gramática do português brasileiro consolidou-se no século XIX. Entretanto, neste trabalho, buscamos demonstrar que algumas mudanças substanciais já ocorriam desde o final do século XVIII, na região de Diamantina/MG. Os dados coletados endossam a hipótese de que já nessa época houve o aumento do número de sujeitos plenos, cuja mudança é encaixada na alteração do quadro pronominal, que enfraqueceu o sistema de concordância e, conseqüentemente, dificultou a identificação do sujeito nulo pronominal.

Palavras-chave: Período setecentista. Sujeitos plenos. Sujeitos nulos. Constituição da gramática nacional. Minas Gerais.

Abstract: Various studies show that the Brazilian Portuguese Grammar was consolidated in the 19th Century. However, in this project, we want to demonstrate that some of the changes had already been occurring since the end of the 18th Century, in Diamantina, region of Minas Gerais. The data collected support the hypothesis that during the 18th Century period, there was an increase in the number of full subjects, whose change is embedded in the alteration of the table of pronouns that exists in Portuguese. This change weakened the concordance within the language, and consequently complicated the identification of the hidden subject pronoun.

Keywords: 17th century period. Full subjects. Hidden subjects. Brazilian national grammar. Minas Gerais.

¹² Trabalho desenvolvido sob orientação da Dr^a. Sueli Maria Coelho, professora adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Processo n.: APQ-00749-12).

1 Considerações iniciais

O final do século XIX representa o marco das grandes transformações nos estudos linguísticos do Português Brasileiro (doravante PB) em relação ao Português Europeu (doravante PE). Embora se admita no meio acadêmico o advento da consolidação de uma gramática do PB distinta da de Portugal no fim do século XIX (cf. GALVES, 1987; BERLINCK, 1988; DUARTE, 1989; RAMOS, 1989), acredita-se ser possível mostrar, por meio do *corpus* adamantino, que algumas mudanças sintáticas no PB já haviam sido consolidadas na região de Minas Gerais no século XVIII, reafirmando a intuição de Taralho (1996) sobre as mudanças sintáticas do PB terem possivelmente ocorrido num período anterior. O que se busca atestar por meio da análise dos documentos setecentistas é como se deu a consolidação de uma gramática nacional a partir de mudanças sintáticas do português mineiro, tendo-se como foco o sujeito e suas realizações. Partimos da hipótese de que a alteração do quadro pronominal, considerada uma das características do PB, já havia ocorrido no século XVIII, o que estaria influenciando a realização do sujeito. Essa mudança pode ter sido determinada pelos padrões de fala das classes elitizadas e das classes populares, conforme Lucchesi (2001, p.97), que apresentou “uma caracterização da realidade sociolinguística brasileira como bipolarizada”, o que sugere que a dicotomia entre os falares elitizados e populares tenham colaborado para o surgimento do PB.

A partir disso, o presente artigo se aterá à análise das ocorrências dos sujeitos plenos e nulos presentes no *corpus*, levando em consideração o contexto histórico cultural e social em que estava inserida a então sociedade mineira no final do século XVIII. É importante ressaltar que a sociedade mineira a ser analisada são os escreventes do Arraial do Tejuco, hoje Diamantina. Neste período, o ouro já não era capaz de sustentar toda a sociedade mineira e muito menos a metrópole portuguesa. Minas Gerais encontrava-se envolvida em uma grande crise econômica, o que levou os mineradores a procurarem outras atividades. Com essa decadência, houve um desencadeamento do movimento migratório das vilas do ouro para outras áreas das Capitânicas das Minas Gerais. O comércio, a agricultura e os ofícios ganharam força e ajudavam a traçar o perfil da capitania setecentista (cf. SILVEIRA, 1997).

Analisaremos, a partir de resultados obtidos no *corpus* constituído de cinco documentos adamantinos editados pelas professoras Dras. Sueli Maria Coelho e Alexia Teles Duchowny (2013), as ocorrências de sujeitos plenos e nulos, com vistas a testar a adequação da hipótese de que o enfraquecimento do sistema de concordância já se consolidara com a desestabilização do quadro pronominal e, conseqüentemente, a frequência de sujeitos nulos já se reduzira. Por meio dessa análise, intentamos não só averiguar as mudanças sintáticas do português mineiro setecentista, mas também buscar entender como tais mudanças são determinadas por diferenças sociais dos falantes, já que língua e sociedade se ligam de forma indissociável. Portanto, para que nosso estudo seja mais preciso, vamos nos basear em alguns pressupostos defendidos por Lucchesi (2001) ao afirmar sobre a realidade sociolinguística brasileira, levando em conta processos externos que contribuem para o acesso à norma padrão na sociedade de diferentes épocas. É de grande importância compreender que há duas vertentes na história da língua portuguesa, levando-se em consideração as mudanças observadas na norma

culta e na norma popular, as quais trazem reflexões profundas sobre a alteração relacionada à perspectiva socioeconômica.

2 Aporte teórico

Muitos pesquisadores têm se dedicado aos estudos comparatistas entre o PB e PE. A partir de análises realizadas por Tarallo (1996) em documentos do século XIX, é que se delinearam distinções linguísticas entre essas duas variedades com o intuito de “esboçar a emergência de uma gramática brasileira em relação à gramática portuguesa” (p. 70). Os quatro casos sintáticos analisados pelo linguista foram “tomados como evidência quantitativa de que mudanças dramáticas aconteceram na passagem do século XIX para o atual” (p. 90); no entanto, o autor não descarta a hipótese de que “essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século” (p. 99), o que evidencia a importância da análise de documentos que antecedem esse período.

Dentre os vários fenômenos linguísticos observados por Tarallo (1996), identificou-se a modificação no sistema pronominal desencadeando uma tendência maior no surgimento de sujeitos plenos e mais objetos nulos (cf. GALVES, 1987) o que aponta para uma notória transição do PB de língua *pro-drop* para não *pro-drop*¹³. Duarte (1990, p. 107) avança ao afirmar que a mudança que se observa no PB “coincide com significativa redução ou simplificação dos paradigmas flexionais, o que indica que o enfraquecimento da morfologia verbal está relacionado ao decréscimo de ocorrências de sujeitos nulos”. Assim, um sistema flexional rico é capaz de licenciar os sujeitos nulos, no entanto esse sistema parece estar em erosão, ou ter iniciado o seu declínio em meados do século XVIII em que se observa nos dados de Tarallo (1996) um decréscimo de ocorrências de sujeitos nulos entre 1725 e 1982.

Por meio de tais preceitos observados por Tarallo (1996) e por Duarte (2006), no que se refere às ocorrências do sujeito, podemos incorporá-los à análise dos documentos adamantinos. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de vermos por tais perspectivas, assim como considerar as mudanças na língua relacionadas ao contexto histórico e social da época, uma vez que língua e sociedade estão interligadas. De fato, nota-se que Tarallo (1996) não se desvincula de tal pensamento, visto que o sociolinguista tem ciência da comprovação da importância do exame de dados linguístico, levando-se em conta as evidências sociais.

A partir disso, é necessário compreender que o processo de formação da língua/gramática é influenciado pelos seus falantes, no contexto social em que vivem, de modo que isso reflete tanto em textos falados quanto em documentos escritos. Nesse ponto, é possível recorrer às afirmações feitas por Lucchesi (2001), o qual defende que a realidade sociolinguística brasileira pode ser vista como bipolarizada, pelo fato de termos duas normas convivendo entre si, a norma culta relacionada aos padrões das clas-

¹³ Chomsky (1981) propõe o parâmetro do sujeito nulo no intuito de explicar as variedades entre as línguas quanto à possibilidade de admitirem ou não um sujeito nulo. Segundo esse modelo, os parâmetros podem ser definidos pelos valores (+) ou (-); desse modo as línguas podem ser [+ *pro-drop*], fazendo parte das línguas que admitem o sujeito nulo, ou [- *pro-drop*], línguas as quais aceitam somente o sujeito pleno como condição para que a sentença seja gramatical.

ses média e alta e a norma popular vernácula, a qual reúne estruturas utilizadas pelas classes mais baixas. Essas duas vertentes bipolarizadas mostram claramente o conjunto de mudanças presentes na língua/gramática, as quais tiveram profundos reflexos no panorama sócio-econômico da época¹⁴. É possível aplicarmos tais preceitos à realidade das irmandades religiosas, pois tais agremiações tiveram a participação de diversas camadas sociais, dependendo de sua ordem religiosa. As Ordens Terceiras e o Santíssimo Sacramento, por exemplo, são documentos da classe social mais elevada e os Estatutos de Nossa Senhora das Mercês e de Nossa Senhora do Amparo são das classes mais pobres, já que eram agremiações de negros e pardos.

Ao aplicarmos tal realidade heterogênea em nosso objeto de estudo, é possível comprovar as ocorrências do sujeito pleno ou nulo, tendo-se como base a posição social de seus escritores e de como tiveram acesso à língua. Tal acesso proporcionou a eles uma maneira de estruturar suas sentenças tendo como base a norma culta ou popular.

Nos documentos como os Estatutos do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, por se tratarem de documentos formais e escritos por uma elite, buscaremos analisar se o sujeito pleno possui maior frequência nas sentenças do que os outros. Desse modo, por meio dos seguintes dados expressos nas sentenças, observaremos se o sujeito é bem demarcado, conforme os exemplos a seguir:

- (1) “Os Irmãos de Meza, que costumavão dar dezenove mil e duzentos, darão nove mil e seiscentos reis.” - (*Estatuto Santíssimo Sacramento*)
- (2) “[...] e não se poderão remir senão os Irmãos que se ausentarem da terra.” - (*Estatuto de São Francisco de Assis*)

Os dois documentos citados são estatutos de irmandades de elite, os quais agremiavam camadas mais privilegiadas, o que nos leva a hipotetizar que a utilização da norma culta era mais recorrente, devido ao melhor domínio que seus integrantes tinham dela, de modo que influenciou no grau de formalidade presente em ambos os textos. Embora todos os documentos sejam do mesmo gênero, o grau de formalidade de cada um não é o mesmo. Isso nos leva a afirmar que há diferentes manifestações do vernáculo e também diferentes organizações, como ocorre no Estatuto de São Francisco de Assis, único documento que contém um sumário. Essas diferentes manifestações do vernáculo nos fazem inferir que isso foi influente na mudança do quadro pronominal, demonstrando que diferentes domínios de uma variante podem trazer mudanças significativas na constituição da gramática da língua. A partir disso, será possível demonstrar na análise dos documentos que o uso de sujeitos nulos para o uso de sujeitos plenos culminou em um aumento de sua frequência de uso nas sentenças de cada um de-

¹⁴ Embora Lucchesi tenha se enveredado por outras discussões, a sua abordagem delimitada acima é capaz de se adequar à análise que será feita no presente trabalho e reforça a ideia de que não se pode dissociar o contexto social, pois as mudanças ocorrem na morfossintaxe, na estrutura da língua, mas não de forma isolada.

les. Isso poderá comprovar a intuição de Duarte (2006), que se relacionava à diminuição de sujeitos nulos em estruturas sintáticas do português brasileiro.

Seguindo também as intuições de Lucchesi (2001) sobre a realidade sociolinguística bipolarizada do português brasileiro, poderemos averiguar se esse processo foi homogêneo ou não, se esse processo ocorrido nas sentenças de cada documento pode ter ocorrido igualmente em todas as camadas sociais dos falantes da língua. Nos Estatutos de Nossa Senhora do Amparo (1782) e de Nossa Senhora das Mercês (1781), por exemplo, percebemos que a estrutura dos documentos é diferente dos de Ordem terceira, tendo-se o sujeito nulo não anafórico presente em suas estruturas sintáticas. Por se tratarem de agremiações mais simples, compostas por pardos e negros alforriados, percebe-se que, mesmo tendo um grau de formalidade, seus escritores detinham uma norma popular vernácula. Essa reflexão pode ser flagrada nos dados adamantinos analisados, nas construções em que prevalece o sujeito nulo não anafórico, ilustradas nos excertos:

- (3) “Rogamos a Maria Santissima, debaixo de Cujo amparo devemos exercitar a Sua Observancia, nos infunda nos Coraçoenz hum ardente Zelo, para que Com ele, mereçamos alcançar da Soberana Magnitude (*Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*).
- (4) “[...]destituir o Capellão ou exonera-lo de seu cargo, sem primeiro apresentar as causas ao Bispo Diocesano, e este as julgar sufficientes em ordem ao alludido effeito. [...]” (*Estatuto da Nossa Senhora das Mercês*).

Os exemplos mostram que há dois fatos a serem observados na análise dos documentos: o primeiro se refere às diferenças de classes sociais que tinham diferentes domínios da língua, de modo que teve influência nas estruturas sintáticas do português brasileiro. O segundo diz respeito à frequência dos sujeitos plenos e nulos, anafóricos e não anafóricos nas sentenças e como isso interfere nas suas estruturas, principalmente para a constituição da gramática nacional. Por meio da análise feita nas próximas sessões, será possível comprovar as hipóteses construídas seguindo a intuição de Duarte (1995), a fim de apontar que, no tocante aos sujeitos referenciais, o PB mostra a preferência pelo preenchimento da posição de sujeito, uma vez que a perda do sujeito nulo, a pouca frequência, proporcionou o seu enfraquecimento do sistema de concordância.

3 Metodologia adotada pelo estudo

O corpus compõe-se de cinco documentos: *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* (1778), *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (1781), *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* (1782), *Estatuto do Santíssimo Sacramento* (1785) e 88 termos de *devassa* extraídos do Livro dos termos (1750), escritos na segunda metade do século XVIII, na região de Diamantina/MG.

Os Estatutos de Irmandades são documentos que estabelecem as leis e regulam as práticas de cada associação religiosa, além de afirmar os direitos e deveres. Essas agremiações religiosas se proliferaram rapidamente por Minas Gerais, no Ciclo do Ouro (COELHO, 2013, p. 2).

Tais afirmações são primordiais para apresentarmos os tipos de documentos adotados para se analisar e comprovar a hipótese a ser testada. É necessário considerarmos não só a estrutura sintática presente nos Termos e Estatutos, como também a sua função social na época, pois é por meio dessas informações que podemos saber a identidade socioeconômica de cada escrevente e em que isso é capaz de influir no domínio da variante da época. Além dos Estatutos, temos os termos, cujas especificações encontram-se conceituadas a seguir:

o Livro dos Termos, por sua vez, era um documento que reunia as narrações de processos investigativos referentes a alguma denúncia acerca de atos de infração contra a moral da Igreja Católica. Tal documento era escrito por uma autoridade da igreja, o secretário eclesiástico, que deveria empregar o registro formal da língua e se preocupar com a clareza do texto, já que seu registro constituía como já mencionado, uma forma de documentação da devassa (COELHO, 2013, p. 3).

Ao descrever as ocorrências do sujeito nos documentos setecentistas analisados, conforme citado na seção anterior, analisou-se o tipo de sujeito presente no *corpus*. Optou-se por dividir as ocorrências do *corpus* em dois grupos: (i) documentos formais, escritos por pessoas com um grau maior de escolaridade e com mais acesso à língua padrão e (ii) documentos que possuem certo grau de formalidade, cujos escreventes possuem uma origem mais humilde. No primeiro grupo, estão os seguintes documentos: (I) *Estatuto do Santíssimo Sacramento*, (II) *Estatuto de São Francisco de Assis* e (III) *Termos de Devassa*. Já o segundo grupo é composto pelo (IV) *Estatuto de Nossa Senhora das Mercês* e pelo (V) *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*.

Os fenômenos a serem analisados nos documentos serão os seguintes: ocorrência do sujeito pleno, do sujeito nulo anafórico e ocorrência do sujeito nulo. Chamamos de sujeito pleno quando é preenchido por um sintagma nominal e possui uma referência definida dentro da sentença; o sujeito nulo não anafórico pode ser recuperado na sentença, podendo ser por uma referência direta ou indireta do termo mencionado e o sujeito nulo não anafórico não possui referência ou um referente acessível sintaticamente.

De acordo com os fenômenos apresentados e suas conceituações, seguem os dados computados, a fim de que possamos exemplificar o que buscamos averiguar nas sentenças dos documentos adamantinos:

- (5) “...a quem o dito Reverendo Doutor Vezitador admoestou...” – Sujeito Pleno Sintagma Nominal (SPSN)
- (6) “Conciderando as gravissimas offensas que faz a Deos Nosso Senhor e o manifesto prigo a que expoem a sua Salvação..” Sujeito Nulo Anafórico (SNA)

- (7) “Sabastiana Nunes Crioulla forra digo” – Sujeito Nulo Não Anafórico (SNNA) Constituído o *corpus*, computaram-se, através do programa ANTCONC¹⁵, todas as ocorrências dos verbos presentes nos documentos em referência.

Após a coleta, fizemos a análise do sujeito destes verbos, classificando-os nas categorias já delimitadas e calculando a porcentagem da frequência por meio de regra de três simples.

4 Descrição e análise dos dados

Do *corpus* analisado, foi possível quantificar as ocorrências de sujeitos plenos e sujeitos nulos anafóricos e não anafóricos dos documentos adamantinos, dos quais se observou uma crescente tendência ao preenchimento do sujeito pleno em relação ao número de ocorrências de sujeitos nulos anafóricos e não anafóricos. Tais tendências reafirmam o cunho diastrático dissertado anteriormente, ou seja, a formação intelectual e, portanto, sociocultural de cada irmandade, fatores desencadeadores dos percentuais encontrados a partir dos dados dispostos na tabela 1:

Tabela 1 – Ocorrências de sujeito pleno e sujeitos nulos em documentos mineiros adamantinos

| Documento | Sujeito pleno | Sujeito nulo anafórico | Sujeito nulo não anafórico |
|--|----------------------|------------------------|----------------------------|
| Estatuto do Santíssimo Sacramento (1785) | 222 (6,08%) | 143 (3,91%) | 46 (1,27%) |
| Estatuto de Nossa Senhora das Mercês (17821) | 75 (2,05%) | 16 (0,44%) | 71 (1,94%) |
| Estatuto de Nossa Senhora do Amparo (1782) | 61 (1,68%) | 23 (0,63%) | 68 (1,86%) |
| Estatuto de São Francisco de Assis (1778) | 663 (18,16%) | 365 (10%) | 42 (1,16%) |
| Termos de devassa (1750) | 448 (12,27%) | 1348 (36,93%) | 59 (1,62%) |
| Total geral | 1469 (40,24%) | 1895 (51,91%) | 286 (7,85%) |

Fonte: Dados coletados no *corpus*

Partindo-se de uma análise geral, antes de analisarmos diretamente cada um dos documentos e suas peculiaridades, procuraremos verificar, por meio do cômputo total, se a hipótese levantada na sessão anterior condiz com o que os dados apontam.

¹⁵O Antconc é um programa utilizado para listar as ocorrências de uma determinada palavra ou frase, a qual fica centralizada, com uma quantidade definida de contextos, fornecendo uma visualização privilegiada do item. Esse programa também executa outras funções, como listar a frequência de palavras em um texto ou *corpus*, extrair palavras-chave etc. Ele pode ser baixado, gratuitamente, no seguinte endereço: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>

No total geral, os dados mostram para um percentual maior para o sujeito nulo anafórico (51,91%). Em seguida, temos o sujeito pleno, o qual possui também um percentual significativo (40,24%), tendo, por último, o sujeito nulo não anafórico (7,85%), com um percentual menor em vista das outras categorias de sujeito. Isso demonstra que a intuição de Duarte (1993) de que o português brasileiro tendenciava para o aumento do número de sujeitos plenos utilizados nas estruturas sintáticas se confirma na região analisada. Considerando-se que, conforme defende a referida autora, esse preenchimento é consequência do enfraquecimento do sistema de concordância, desencadeado por uma desestabilização do quadro pronominal, há de se admitir, então, que tal desestabilização já ocorrera nas Minas setecentistas.

Tendo em conta o *corpus* analisado nos documentos adamantinos e o cômputo dos dados, é possível confirmar nossa hipótese, uma vez que, embora o percentual de sujeitos plenos não seja tão significativo quanto os sujeitos nulos não anafóricos, esse processo se mostra evidente nas estruturas dos documentos, principalmente nos representativos da elite como *Estatuto de São Francisco de Assis*, *Estatuto do Santíssimo Sacramento* e *Termos de Devassa*, diferentemente dos de classes menos abastadas como *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* e de *Nossa Senhora das Mercês*. A presença significativa e expressiva dos sujeitos nulos não anafóricos pode demonstrar um processo de transição da constituição das estruturas sintáticas na gramática do português brasileiro, já que a referência permite a identificação do sujeito, para além da desinência verbal.

À medida que os sujeitos nulos se tornam pouco frequentes, em virtude da sua perda seletiva, passam a ter seu preenchimento condicionado pela existência de um referente (podendo ser definidos ou indeterminados); em contextos em que isso não é possível, expandem-se os sujeitos plenos.

Feita uma apresentação mais panorâmica dos dados, analisaremos cada documento, procurando nos embasar não só na análise das estruturas, mas também na análise social dos escreventes de cada documento. Isso é de suma importância, pois demonstra como cada classe social tinha o domínio do vernáculo e como isso influenciava na estrutura sintática do português brasileiro para que se constituísse a gramática nacional.

Como demonstram os dados dispostos na tabela 1, observa-se que há um maior preenchimento do sujeito nas estruturas encontradas nos estatutos *Santíssimo Sacramento* (6,08%) e *São Francisco de Assis* (18,16%) comparado aos percentuais de sujeitos plenos das outras irmandades. Os dados obtidos corroboram com os estudos de Duarte (2006) a respeito da perda seletiva do sujeito nulo no PB ao afirmar sobre o predomínio de “sujeitos referenciais definidos e indefinidos foneticamente representados” (p. 3-4), o que nos possibilita afirmar que essa etapa no processo da mudança sobre o enfraquecimento da concordância já ocorria na região das Minas no período setecentista, já que tal enfraquecimento tende a reduzir os sujeitos nulos, cujas ocorrências no *Estatuto do Santíssimo Sacramento* e no *Estatuto de São Francisco de Assis* apresentaram, respectivamente, o percentual de 11,2% e 3,87%.

Para comprovar a análise dos Estatutos mencionados, analisaremos as seguintes sentenças:

- (8) “As pessoas que alugarem Casas da ordem (...)” – *Estatuto de São Francisco de Assis*.
- (9) “Não acompanhar; esta Irmandade Procissão alguma (...)” – *Estatuto de Santíssimo Sacramento*.

As estruturas sintáticas dos Estatutos de São Francisco e Santíssimo Sacramento possuem, em sua maioria, conforme endossado pelos dados computados, o sujeito pleno como algo recorrente, ao passo que as de sujeito nulo não anafórico tiveram uma frequência menor. É perceptível que tais estruturas possuem o sujeito claramente demarcado por um sintagma nominal, capazes de ter uma referência definida e direta com os constituintes oracionais. Esses exemplos demonstram não só algo recorrente nos documentos, mas também comprovam a hipótese feita nas seções anteriores, de que houve um enfraquecimento dos sujeitos nulos, em decorrência de alterações no quadro pronominal. Ressalta-se que tais estatutos são pertencentes à Ordem Terceira, à elite cultural da sociedade mineira da época, cujos escreventes tinham um domínio da norma culta do período setecentista. Esse domínio teve um reflexo significativo, uma vez que contribuiu para a constituição de uma língua que demonstrava fortes tendências à perda seletiva do sujeito nulo não anafórico e o aumento de sentenças com sujeitos de referência definida.

No *Estatuto de Nossa Senhora das Mercês*, conforme demonstram os dados na tabela 1, há uma prevalência do sujeito nulo não anafórico (1,94%), conformando com os percentuais totais. Na maioria dos casos, as estruturas gramaticais construídas não possuíam um sujeito capaz de estabelecer a referência clara dentro da oração. Como faziam parte, hierarquicamente, de classes sociais mais baixas¹⁶, os integrantes da agremiação citada prestavam o seu papel social de transmitir o leigo conhecimento que tinham de sua língua aos outros irmãos. Como o conhecimento que os negros alforriados possuíam do português brasileiro, até então, tinha fortes influências da norma popular, isso resultou em um grande reflexo na escrita dos documentos como *Estatuto de Nossa Senhora das Mercês* e *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*. Tal escrita, embora seguisse algumas regras conservadoras e formais adequadas ao documento, em grande parte de suas sentenças, exibiam estruturas de sujeitos nulos não anafóricos, como exemplificado a seguir:

- (10) “(...) e dos que mais Votos tiverem seraõ eleitos; e quando por justo impedimento não posaõ algunz destes exercer a tal ocupação, (...)” – *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*.

¹⁶ Escravos, crioulos forros, pretos e pardos. Todas essas “cores étnicas” eram bem recebidas pela Virgem das Mercês. Porém, o predomínio delas ficava a cargo dos crioulos forros. Segundo Eduardo França Paiva, o termo crioulo distinguia o indivíduo nascido no Brasil, cujo pai ou mãe fossem africanos. Nessa sociedade mineira, que se pautava nos vestígios do Antigo Regime, a hierarquia estava ligada tanto ao trabalho realizado quanto à coloração da pele (SILVA, 2011). Disponível em: <http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s14_1_pap.pdf>

É perceptível que a sentença apresentada não possui um sujeito referencial claro, uma vez que não se encontra acessível sintaticamente e não é possível retomá-lo no texto. Porém, a expressividade de sujeitos plenos e nulos não anafóricos se expandia em outros documentos de autores de classes sociais distintas. Os dados presentes na tabela 1, referentes ao *Estatuto das Mercês*, comprovam claramente que há, de certo modo, uma proximidade nos valores dos dados de sujeito pleno e sujeitos nulos não anafóricos. Esse resultado obtido poderia nos levar a teorizar que mesmo sendo uma instituição composta por homens crioulos, havia, de certo modo, uma influência do homem branco e abonado (conforme afirmado inicialmente no documento da Irmandade), o qual tinha o objetivo de estruturar essa irmandade de acordo com os padrões de outras classes sociais.

Essa estruturação provavelmente demonstrava uma influência das hierarquias mais altas sobre as mais baixas das Mercês, os crioulos, tendo o ingresso ao meio social como algo que exerceu influência também em seu uso da língua.

Em se tratando de uso frequente de sujeitos nulos, temos, também, o *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo*, cujas estruturas apresentam uma frequência superior (1,86%) ao sujeito pleno (1,68%) e ao do sujeito nulo não anafórico (0,63%). O caso da *Irmandade de Nossa Senhora do Amparo* se assemelha ao da *Irmandade de Nossa Senhora das Mercês*, pois são constituídas por pessoas de classe social mais baixa, a dos pardos. A baixa frequência de sujeitos nulos não anafóricos demonstra que, ao contrário dos documentos ligados à Ordem Terceira, o domínio da língua, da norma popular, influenciava a seleção do tipo de sujeito na estrutura construída.

O que é possível extrair, então, desses dados é a frequência de sujeitos nulos, a qual demonstra que os integrantes dos documentos mencionados tinham um acesso restrito no que se refere à norma culta manifestada nos documentos de elite, o que também se emprega nos dados dos Termos de Devassa. Nesses termos, há a maior quantificação de sujeitos nulos anafóricos (36,93%) em relação ao cômputo de todas as outras irmandades, o que nos levou a intuir que se trata de termos bem característicos, funcional e estruturalmente definidos para fins de documentação e registro, uma vez que “(...) reunia as narrações de processos investigativos referentes a alguma denúncia acerca de atos de infração contra a moral da Igreja Católica” (COELHO, 2013, p. 4). Portanto, o fato de ser um termo formulaico evidenciou que as repetições na estrutura textual ratifica a alta na ocorrência de sujeitos nulos anafóricos, o que influenciou claramente nos resultados finais de sujeitos plenos (40,24%) em relação os sujeitos nulos anafóricos (51,91%), nesse tipo específico de documento.

A análise dos documentos demonstra que, em sua maioria, as sentenças dos documentos analisados se utilizam de sujeitos preferencialmente nulos anafóricos, em que é possível ser recuperado na sentença. Os dados de sujeitos nulos propriamente ditos são mais recorrentes quando se tem a primeira pessoa, o que confirma o enfraquecimento da concordância que, segundo Duarte (2006), decorre de alterações no quadro pronominal, que definiriam uma gramática nacional.

De fato, essa ocorrência endossa o que foi discutido na seção do aporte teórico, isto é, o fato de a língua portuguesa ter se consolidado através de duas vertentes, em que as mudanças sintáticas têm grande influência com o panorama socioeconômico. Portanto, conforme afirmado pelos sociolinguistas, não se pode separar a realidade

social vivenciada pelo falante da sua língua, uma vez que são indissociavelmente imbricadas, algo que reflete na análise dos documentos. Ela pretende apontar que há estruturas sintáticas que são específicas de uma classe social, levando-se em conta o acesso à língua, à norma de prestígio no meio social. Tal apontamento afirma a ideia de uma realidade sociolinguística associada a duas normas: a culta, presente nos documentos de elite, e a popular, presente nos *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* e *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo*.

É possível notar, portanto, que a história da língua portuguesa no Brasil pode ser vista por meio de duas vertentes sociais, as quais foram importantes no quadro de organização das estruturas que utilizam com maior ou com menor frequência o sujeito pleno ou o sujeito nulo. Considera-se que as mudanças na estrutura da língua ocorreram, pois os documentos setecentistas apontavam para a maior frequência do uso do sujeito pleno nas sentenças, conforme as intuições de Tarallo (1996) e de Duarte (2006). Contudo é necessário ressaltar que mesmo que tais mudanças sejam evidentes no período setecentista, não se pode ignorar que as classes sociais mais altas absorveram tais mudanças na língua de maneiras distintas das classes mais baixas.

5 Considerações finais

Partiu-se da hipótese de que, no final do séc. XVIII, na região de Diamantina, já era possível constatar o aumento do número de sujeitos plenos, cuja mudança se encaixou na alteração do quadro pronominal, que enfraqueceu o sistema de concordância, dificultando a identificação do sujeito nulo pronominal e atestando, portanto, a existência de uma gramática nacional. Para verificar tal hipótese, tomamos como *corpus* documentos adamantinos inéditos escritos no final do século XIX - 88 termos de devassa (1750), Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778), Estatuto de Nossa Senhora das Mercês (1781), Estatuto de Nossa Senhora do Amparo (1782) e Estatuto do Santíssimo Sacramento (1785). Empreendemos uma análise a respeito da estrutura sintática do sujeito, conforme as intuições construídas ao longo do nosso trabalho. Ao comprovar a identidade social dos escreventes, foi possível obter uma maior interpretação dos dados quanto à quantificação e à classificação dos tipos de sujeito presentes nos textos setecentistas. Considerando-se a especificidade de cada documento e, principalmente, da norma utilizada, a análise dos dados buscou averiguar a frequência do sujeito pleno e do sujeito nulo anafórico e não anafórico.

Os dados coletados acusaram um quadro de variação linguística forte e claramente relacionada a fatores sociais, de acordo com o panorama socioeconômico da época, bem como a variante adotada em seus documentos. Tal variante foi considerada como manifestação de vernáculo de classes sociais distintas em documentos que exigiram um padrão formal de linguagem e demonstrou que os padrões dessas classes eram distintos.

A primeira variante sendo mais recorrente nos documentos *Termos de Devassa*, *Estatuto de São Francisco de Assis* e do *Santíssimo Sacramento*, e a segunda no *Estatuto Nossa Senhora das Mercês* e de *Nossa Senhora do Amparo*. O primeiro grupo tinha como integrantes membros da elite cultural do período setecentista, enquanto o segundo havia membros pertencentes às classes sociais menos abastadas. Nesse processo de

variação no quadro da frequência dos sujeitos plenos, identificaram-se, especificamente, os documentos de elite, enquanto os sujeitos nulos tiveram sua frequência significativa nas estruturas sintáticas do Estatuto de Nossa Senhora das Mercês. Embora a frequência também seja significativa no Estatuto de Nossa Senhora do Amparo, os sujeitos nulos não anafóricos foram preponderantes no documento da Irmandade das Mercês. Não se pode esquecer os sujeitos nulos anafóricos, pois a sua frequência, nos estatutos de elite, foram quase tão significativas quanto o sujeito pleno.

Entretanto devemos evitar generalizações ao aplicarmos a ideia de que isso foi um processo homogêneo, uma vez que a constituição da língua/gramática contou com a participação de duas realidades sociolinguísticas distintas, o que se tornou evidente na análise de documentos de Irmandades, cujos membros tinham suas origens mais simples, escravos e pardos, com um acesso diferente às normas de prestígio da época.

Acredita-se, por fim, que os resultados alcançados comprovam a hipótese feita por Duarte (2006) de que houve uma maior tendência das estruturas sintáticas a aderirem o sujeito referencial, pleno, evidente nos dados coletados dos documentos admantinos. Tais resultados são de suma importância, pois demonstram que a constituição da gramática nacional não se deu de forma homogênea, considerando fatores sociais, mas em sua maioria propôs grandes mudanças nas estruturas sintáticas. Tais mudanças ocorridas ao longo do período setecentista não apontam apenas para um processo de mudança no sistema de concordância no português brasileiro, como demonstram que a constituição da gramática nacional pode ter ocorrido precocemente, algo que se difere da ideia de que sua consolidação se deu nos séculos XIX e XX.

Referências

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, M. S.; COELHO, F. S. Consolidação da gramática nacional: uma análise do quadro pronominal no contexto mineiro setecentista. *No prelo*.

CUNHA, P. A. B. Irmandades Coloniais Mineiras: Associação, sociabilidade e práticas educativas no século XVIII. In: Irmandades Coloniais Mineiras: associação, sociabilidade e práticas educativas, 2004, Curitiba/PR. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba/PR: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004, p.1-6.

CYRINO, L.M. S. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil. In. ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 163-178.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In. ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 107-128.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 387-408.

GOMES, D. G. As ordens terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período Ultramontano (1844-1875). *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, p. 1-10, 2009.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S.; BERLINCK, R.. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; SILVA, Rosa Virginia Matto (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística no Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. p. 413-438, 2006.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertente da história sociolingüística do Brasil. DELTA. *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 97-132, 2001.

PRECIOSO, Daniel. *Legítimos Vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 302p.

SILVA, K. C. A. Mercês Crioula Estudo social sobre a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos da Vila de São José e sua iconografia pictórica. In: XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social A construção da fortuna e do malogro: perspectivas históricas. *Anais do XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Lisboa, 2012.

SILVA, W. L. *O processo de formação da sociedade mineira do século XVIII e suas influências na legislação colonial*. Disponível em: http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista11/PROCESSO_FORMACAO.pdf. Acesso em: Maio de 2013.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. Ática, 1990.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, 69-105.